

Superior Tribunal de Justiça

EDcl nos EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.327.839 - RJ (2018/0176869-5)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
EMBARGANTE : CYRO CORREA DE LIMA
ADVOGADO : CYRO CORREA DE LIMA JUNIOR - RJ156949
EMBARGADO : CONDOMINIO DO EDIFICIO DOM VICTOR
ADVOGADOS : SITO KOWSMANN - RJ062723
JORDANA GONÇALVES DA SILVA DE MELLO - RJ136253

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS APÓS OS DOIS EMBARGOS ANTERIORES TEREM SIDO CONSIDERADOS PROTETATÓRIOS. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DA MULTA ELEVADA PELA REITERAÇÃO DE EMBARGOS PROTETATÓRIOS. CONDIÇÃO DE RECORRIBILIDADE. ART. 1.026, §§ 3º E 4º, DO CPC/2015. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INADMITIDOS.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por CYRO CORRÊA DE LIMA em face de decisão assim ementada:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/2015. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS COM MAJORAÇÃO DE MULTA.

Em suas razões, o embargante reitera, em síntese, as razões pelas quais entende que deve ser provido o recurso especial.

É o relatório.

Passo a decidir.

Superior Tribunal de Justiça

Nos termos do que dispõe o § 4º do art. 1.026 do Código de Processo Civil de 2015, "*não serão admitidos novos embargos de declaração se os 2 (dois) anteriores houverem sido considerados protelatórios*".

No caso sob apreciação, ambos os embargos de declaração anteriormente opostos pelo ora embargante foram considerados protelatórios, com aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015 e majoração do valor de tal penalidade (e-STJ fls. 553-558 e 576-583).

Portanto, não é possível admitir os presentes embargos.

Ademais, conforme dispõe o § 3º do mesmo dispositivo legal, a interposição de qualquer recurso fica condicionado ao depósito prévio do valor da multa elevada pela reiteração de embargos de declaração manifestamente protelatórios.

Contudo, segundo revela a certidão de fl. 594 (e-STJ), os presentes embargos de declaração foram protocolizados sem a juntada do comprovante de pagamento da multa fixada no acórdão de fls. 576-583 (e-STJ).

Ante o exposto, com base no art. 1.026, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, não admito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator